



APAVISA . &lt;apavisa1@gmail.com&gt;

---

**Rastreios de Saúde Oral – Protesto / Correspondência Anterior**1 mensagem

---

**APAVISA** <apavisa1@gmail.com>

1 de maio de 2017 às 18:51

Para: fernando.santos@ms.gov.pt, gabinete.seas@ms.gov.pt

Cc: Associação de Pais e EE Colégio da Via Sacra &lt;apavisa1@gmail.com&gt;

Ex.mo Senhores:

Coordenador do Gabinete de Apoio do Ministro da Saúde – Dr. Fernando da Costa Santos

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde - Dr. Jaime Alves

Na sequência da missiva por V. Ex.as remetida por via electrónica em 22 de fevereiro último e com a V/ referência ENT: 2750/2017 datada de 15 de fevereiro de 2017, vimos a comunicar que, até à data, ainda não recebemos qualquer resposta da Administração Regional de Saúde do Centro a respeito da nossa exposição para que a V/ referida carta remete.

Em oportuna e amável conversa ocorrida no passado dia 17 de março aqui em Viseu, na qual participaram (além da Direção desta Associação de Pais):

- o Sr. Ministro da Saúde, Doutor Adalberto Campos Fernandes
- o Sr. Presidente da ARS do Centro, Dr. José Manuel Tereso
- o Sr. Coordenador de Saúde Pública de Viseu, Dr. José Manuel Henriques Mota Faria
- a Sr.ª Deputada da República, Dr.ª Lúcia Araújo Silva

foi-nos transmitido que o assunto, dada a sua relevância, se encontrava em avaliação prioritária nos Serviços Jurídicos da ARS do Centro.

Nesse sentido, e por insucesso na tentativa de comunicação direta, solicitamos a V/ Ex.ª o empenho em transmitir, àquela Administração, a necessidade de emissão de resposta favorável às preocupações que anteriormente transmitimos.

Mais informamos que, se dentro dos prazos legais não obtivermos resposta daquela entidade, é nossa intenção transmitir o nosso protesto ao Provedor de Justiça, bem como, o envio de toda a correspondência trocada nesse contexto com as diversas Entidades.

Com os melhores cumprimentos,

Goreti Freitas

Presidente da Direção da APAVISA

(Associação de Pais e Encarregados de Educação do Colégio da Via Sacra - Viseu)

*Artigo 26º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril: "A correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte papel, devendo ser-lhe conferida, pela Administração e pelos particulares, idêntico tratamento."*